

PLANO DE ENSINO

CURSO: Direito

SÉRIE: 9º Semestre

DISCIPLINA: Tópicos Constitucionais

CARGA HORÁRIA SEMANAL: 02 horas/aula

CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 40 horas/aula

I – EMENTA

Abordagem dos conteúdos de Direito Constitucional numa leitura interdisciplinar com temas relevantes e atuais da área para a formação do bacharel em Direito. Estimular os discentes a procurarem soluções para problemas práticos verdadeiros.

II – OBJETIVOS GERAIS

Proporcionar ao aluno, em complementação ao Conteúdo Programático do curso, o estudo teórico-reflexivo e prático dos conteúdos de Direito Constitucional, numa leitura interdisciplinar com temas relevantes e atuais da área para a formação do bacharel em Direito.

III – OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Promover o desenvolvimento das competências e habilidades definidas no perfil do egresso, quais sejam:

- Leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos ou normativos, com a devida utilização das normas técnico-jurídicas;
- Interpretação e aplicação do Direito;
- Pesquisa e utilização da legislação, jurisprudência, doutrina e outras fontes do Direito;
- Adequada atuação técnico-jurídica em diferentes instâncias, administrativas ou judiciais, com a utilização de processos, atos e procedimentos práticos efetivamente existentes no mundo profissional;
- Correta utilização da terminologia jurídica ou da Filosofia e Ciência do Direito;
- Utilização de raciocínio jurídico, argumentação, persuasão e reflexão crítica sobre temas práticos atuais do Direito Constitucional;
- Julgamento e tomada de decisões. Pesquisa e compreensão plena de acórdãos, legislação e todo tipo de decisões judiciais ou produção legiferante;

- Domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.

IV – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Intervenção. Intervenção Federal e Estadual. Conceitos, procedimentos e explanações. Artigos 34 a 36, CF (aula expositiva e participativa – 2h).

1.1 Exercício prático → Leitura e análise do acórdão proferido no Pedido de Intervenção nº 2.915, em que o STF não determinou a intervenção federal no Estado de São Paulo em razão da comprovada falta de recursos do Estado para quitar Precatórios em dia. A discussão girou em torno do mínimo existencial x reserva do possível e o princípio da proporcionalidade (leitura prévia do acórdão ou em sala de aula e discussão: 2h).

2. Ampla defesa e contraditório. Direitos Fundamentais. Princípios processuais constitucionais. Conceitos, explanação e abordagem das duas Declarações de Direitos do Homem formuladas até hoje (1789, após a Revolução Francesa, e 1948, elaborada pela Organização das Nações Unidas – ONU). Artigo 5º, incs. LIV e LV, CF. Aula expositiva e participativa – 2h.

2.1 Exercício prático → Leitura e análise do acórdão proferido no Recurso Extraordinário nº 201.819, em que o STF decidiu pela aplicação da ampla defesa e do contraditório também no âmbito do Direito Privado, no caso de expulsão ou exclusão de sócio de sociedade sem fins lucrativos. Ainda, no Mandado de Segurança nº 24.268, o STF determinou a aplicação da ampla defesa e contraditório nos procedimentos administrativos e, no Recurso Extraordinário nº 158.215/RS, determinou a aplicação da ampla defesa e do contraditório no procedimento de expulsão ou exclusão de associado de Cooperativa. Análise da expressão "constitucionalização do Direito Privado" (leitura prévia do acórdão ou em sala e discussão: 2h).

3. Dignidade da Pessoa Humana e Princípios Fundamentais (Título I, CF e art. 1º, inc. III, CF). Conceito e explanações. Eliminação do preconceito e da discriminação de qualquer espécie no Brasil (art. 3º, incs. I e IV, e XLV, CF). Fundamentos e objetivos da República Federativa do Brasil. Aula expositiva e participativa – 2h.

3.1 Exercício prático → Análise do acórdão proferido pelo STF na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental – ADPF nº 132/RJ (União Homoafetiva). Conjugação dos artigos 226 e 227, CF com a dignidade da pessoa humana e a não discriminação e preconceito (casamento homoafetivo, adoção de crianças por casais do mesmo sexo e questões correlatas). Leitura prévia do acórdão ou em sala de aula e discussão – 2h.

3.2 Exercício prático → Análise do acórdão proferido pelo STF na ADIN nº 3.510 – permissão de extração de células-tronco e descarte do embrião fecundado. Discussão sobre o Direito à Vida. O *caput* do art. 5º, CF. Preservação e proteção da vida. A ADPF nº 54, que firmou entendimento no sentido da possibilidade do aborto, pela gestante, do feto anencéfalo (decisão pela interpretação conforme a Constituição). Princípios constitucionais



correlatos, como liberdade, intimidade e vida privada. Conceituação, explanação e debate em sala de aula. Leitura e discussão dos acórdãos – 2h.

4. Princípios penais na Constituição Federal. Conceitos, explicações e discussões. Nova e ampla abordagem da dignidade da pessoa humana na Constituição refletida na área criminal. O *Habeas Corpus*. Direito constitucional de ir e vir. Liberdade, igualdade e legalidade. Artigo 5º, incs. II, III, XV, XXXV (inafastabilidade da jurisdição), XXXVII, XXXVIII, XXXIX, XL, XLI, XLIII, XLIV, XLV, XLVI, XLVII, XLVIII, XLIX e L. Aula expositiva e participativa – 2h.

4.1 Exercício prático → Análise do acórdão proferido pelo STF no *Habeas Corpus* nº 82.959, em que restou facultada aos presos por crimes hediondos, cumprindo a pena integralmente em regime fechado, a oportunidade de progredirem para o regime semiaberto. Inconstitucionalidade declarada do art. 2º, § 1º, da Lei nº 8.072/90 (aula expositiva e participativa; leitura prévia do acórdão e discussão – 2h).

5. Liberdade de expressão e liberdade de expressão artística. Conceitos e explicações. Liberdade em sentido amplo. Direitos de personalidade. Art. 5º, IV e IX, CF. Exercício prático → Análise do *Habeas Corpus* nº 83.996, em que se discutiu se havia ato obsceno ou não em peça teatral. Análise do *Habeas Corpus* nº 59.104, em que se discute se atividades imorais ou ilícitas, como prostituição, são protegidas ou não pelos Direitos Fundamentais. Direito de imagem: diferença entre pessoas públicas e comuns. *Paparazzi*. Princípio da proporcionalidade (aula expositiva e participativa; leitura prévia dos acórdãos – 2h).

5.1 Exercício prático → Limites à liberdade de expressão. Proibição de livros ou qualquer tipo de manifestação antissemita. Vedação de apologia ou propaganda nazista, sob qualquer forma. Vedação do racismo (art. 3º, inc. IV e IX, CF e art. 5º, inc. XLII, CF). Acórdão do STF no *Habeas Corpus* nº 82.424. Leitura do texto "A liberdade de expressão na Constituição de 1988", de Samantha Meyer-Pflug, na obra "DE LUCCA, Newton; MEYER-PFLUG, Samantha; NEVES, Mariana Barboza Baeta (Coord.). *Direito Constitucional Contemporâneo – Homenagem ao Professor Michel Temer*. São Paulo: Quartier Latin, 2012". O tema do artigo é o "Discurso do Ódio" (aula expositiva e participativa; leitura prévia do acórdão e do texto – 2h).

6. Direito de manifestação jornalística. Liberdade de imprensa (art. 5º, incisos IV, V, IX, XIII e XIV, CF). A não recepção da Lei nº 5.250/67, assim declarada pelo STF na ADPF nº 130/08. A desnecessidade de diploma de curso superior para o exercício da profissão de jornalista, declarada no Recurso Extraordinário nº 511.961. Exercício prático → Análise da lei e dos acórdãos. Aula expositiva e participativa; leitura prévia dos dois acórdãos e discussão – 2h.

7. Direitos Políticos. Artigos 14 a 16, CF. Conceitos, explicações, situações e procedimentos práticos. Perda ou suspensão dos Direitos Políticos (art. 15, CF). As características do voto. Os demais modos de sufrágio: plebiscito, referendo e iniciativa popular. A excepcionalidade do voto indireto no Brasil (art. 81, § 1º, CF). Aula expositiva e participativa – 2h.

7.1 Exercício prático → Análise do Processo Administrativo nº 18.483/04, do Tribunal Superior Eleitoral – TSE, de relatoria do Ministro Gilmar Mendes, o qual redundou na Resolução nº 21.920 do TSE, criando no Brasil o voto facultativo também para os portadores de deficiência física. O STF determinou a harmonização do art. 14, § 1º, inc. II, CF com o art. 6º, inc. I, alínea "a", do Código Eleitoral (este último permitia o voto facultativo para "inválidos"). Temas correlatos à saúde pública e atendimento dos desamparados. Aula expositiva e participativa; leitura prévia do acórdão do TSE – 2h.

8. Comissões Parlamentares de Inquérito (art. 58, § 3º, CF). Limites constitucionais. Prisão e quebra de sigilo bancário, telefônico e fiscal. Poder Legislativo. Imunidades parlamentares. Aula expositiva e participativa – 2h.

8.1 Exercício prático → Análise do acórdão proferido pelo STF no Mandado de Segurança nº 27.483/DF, sobre interceptação telefônica por CPI e independência dos Poderes. Atuação exclusiva ou não do Judiciário em tais casos (emprego ou não da cláusula de reserva judicial neste caso de interceptação telefônica e em outros casos). Aula expositiva e participativa; leitura prévia do acórdão – 2h.

9. Sigilo bancário. Discussão sobre a possibilidade de quebra do sigilo bancário e/ou fiscal diretamente pela autoridade administrativa. Art. 5º, incs. X e XII, CF. Intimidade e vida privada. Cláusula de reserva judicial. Empate (5x5) no STF sobre o tema. Princípio da proporcionalidade. Colisão de direitos. Conceitos e explanações – 2h.

9.1 Exercício prático → Análise das ADINs 2.386, 2.390, 2.397 e 4.010, apensadas para julgamento em conjunto. A Medida Cautelar nº 33/03 e a polêmica no RE nº 389.808/03 e no RE nº 601.314, este último com repercussão geral decretada. Os argumentos nos votos de cada Ministro do STF contra e a favor da quebra do sigilo bancário e fiscal diretamente pelas autoridades administrativas. Aula expositiva e participativa; leitura prévia dos acórdãos – 2h.

10. Liberdade religiosa. Liberdade de culto. Estado laico, por expressa prescrição constitucional. Imunidade tributária dos templos de qualquer culto. Art. 5º, incs. VI e VII, CF. Artigos 19, 210, § 1º, 213 e 226, § 2º, CF. Artigos 150, VI, alínea "b" e § 4º, CF. Aula expositiva e participativa – 2h.

10.1 Exercício prático → Análise da sentença proferida pela Justiça Federal na Ação Civil Pública nº 2009.61.00.017604-0, movida pelo Ministério Público Federal, ainda sob recurso. A polêmica dos crucifixos em salas de audiência e Plenários de Tribunais como STJ e STF. Ensino religioso nas escolas, subvenção a entidades religiosas, tópicos também objeto da Ação Civil Pública supracitada. Análise do acórdão do STF proferido no Recurso Extraordinário nº 325.822/SP, sobre a maior e menor extensão da imunidade tributária aos templos religiosos (de qualquer culto). Comparação com as demais imunidades tributárias previstas na Constituição Federal. Análise e discussão da sentença supra sobre a laicidade do Estado e do acórdão do STF sobre imunidade tributária dos templos religiosos. Leitura prévia ou em sala de aula – 2h.



11. Controle de Constitucionalidade. Conceito, explanação e procedimentos. Artigos 102 e 103, CF. A legislação infraconstitucional reguladora do controle de constitucionalidade (Lei nº 9.868/99, Lei nº 9.882/99, Lei nº 8.038/90 e artigos 541 a 545, CPC). Controle de normas municipais e estaduais em face de normas da Constituição Estadual repetidas ou que façam remissão a normas da Constituição Federal. Possibilidade. Art. 125, CF. Aula expositiva e participativa – 2h.

11.1 Exercício prático → Análise da Reclamação nº 4.432 – STF. Possibilidade de controle de constitucionalidade na via estadual, pelo TJ do Estado respectivo, de normas locais que violem preceitos da Constituição Estadual, porém repetidos ou remissivos a preceitos da Constituição Federal. O conceito e procedimento do recurso denominado "Reclamação". Leitura prévia do acórdão na Reclamação em referência e discussão em sala de aula – 2h.

12. Tema extra: Eficácia das normas constitucionais. Eficácia Plena, Contida e Limitada. Conceitos e explanações. Artigos 9º e 37, VII, CF. Ausência de norma regulamentadora de greve para o setor público. Norma constitucional de eficácia contida. Aplicação da Lei nº 7.783/89, que regulamenta a greve para o setor privado, para o setor público, conforme julgamento do Mandado de Injunção nº 708/07. O Mandado de Injunção e a Omissão Infraconstitucional. Aula expositiva e participativa. Exercício prático → Leitura do acórdão proferido no Mandado de Injunção nº 708/07 e discussão – 2h.

13. Tema extra: Controle de Constitucionalidade pela via difusa. O papel do Senado Federal na via difusa. Proposta, ainda não votada pelo Plenário do STF, feita na Reclamação nº 4.335, de transformação dos efeitos *inter partes* no julgamento de Recursos Extraordinários em efeitos *erga omnes* e vinculantes próprio do controle pela via concentrada, retirando do Senado Federal a prerrogativa de suspensão discricionária da execução da norma declarada inconstitucional pelo STF pela via difusa. Art. 52, X, CF – 2h.

13.1 Exercício prático → Mutações dos efeitos do controle de constitucionalidade pela via difusa para os efeitos do controle de constitucionalidade na via concentrada, por intermédio da técnica da "mutação constitucional". Leitura do acórdão na Reclamação nº 4.335 e discussão em sala de aula – 2h.

V – ESTRATÉGIA DE TRABALHO

A disciplina será desenvolvida com aulas expositivas e práticas, sendo incentivada a participação dos alunos nos questionamentos e discussões apresentadas, acompanhadas de metodologias que privilegiam a integração entre teoria e prática, dentre elas: estudos de casos, análise de jurisprudência, elaboração de trabalhos práticos e produção de textos, realização de seminários (elaborados pelos alunos da disciplina) e ciclo de palestras (com Professores convidados, profissionais da área e/ou áreas afins), quando pertinente.

VI – AVALIAÇÃO



A avaliação será realizada por intermédio de provas regimentais e atividades desenvolvidas em sala de aula, conforme solicitação do Professor da disciplina, tendo como referência as metodologias adotadas de integração entre teoria e prática.

VII – BIBLIOGRAFIA

Bibliografia Básica:

BULOS, Uadi Lamêgo. **Curso de Direito Constitucional**. São Paulo: Saraiva.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. **Curso de Direito Constitucional**. São Paulo: Saraiva.

LENZA, Pedro. **Direito Constitucional Esquematizado**. São Paulo: Saraiva.

MENDES, Gilmar Ferreira; COELHO, Inocêncio Mártires; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de Direito Constitucional**. São Paulo: Saraiva.

_____, Gilmar Ferreira. **Direitos Fundamentais e Controle de Constitucionalidade – Estudos de Direito Constitucional**. São Paulo: Saraiva.

_____, Gilmar Ferreira. **Estado de Direito e Jurisdição Constitucional – 2002 - 2010** (Decisões relevantes em 9 anos de atuação no STF). São Paulo: Saraiva.

MORAES, Alexandre de. **Direito Constitucional**. São Paulo: Atlas.

SILVA, JOSÉ AFONSO DA. **Curso de Direito Constitucional Positivo**, Editora Malheiros.

TAVARES, André Ramos. **Curso de Direito Constitucional**. 1ª Edição. São Paulo: Saraiva, 2013.

TEMER, Michel. **Elementos de Direito Constitucional**, São Paulo: Saraiva.

Bibliografia Complementar:

ALEXY, Robert, **Teoria dos Direitos Fundamentais**, 1ª Edição, São Paulo: Editora Malheiros, 2008.

BARROSO, Luís Roberto. **A Nova Interpretação Constitucional**. 3ª Edição. São Paulo: Renovar, 2008.

_____, Luís Roberto. **O Direito Constitucional e a Efetividade de suas Normas. Limites e Possibilidades da Constituição Brasileira**. 8ª Edição. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.

BONAVIDES, Paulo. **Curso de Direito Constitucional**. 26ª Edição. São Paulo: Malheiros, 2011.



CASTRO, Aldemário Araújo. **Considerações acerca dos Sigilos Bancário e Fiscal , do Direito Fundamental de Inviolabilidade da Privacidade e do Princípio Fundamental da Supremacia do Interesse Público sobre o Privado** In: **Sigilos Bancário e Fiscal**. 1ª Edição. Belo Horizonte: Fórum, 2011.

COMPARATO, Fábio Konder. **A Afirmação Histórica dos Direitos Fundamentais**. 2ª Edição. São Paulo: Saraiva.

COSTA JR., Paulo José da. **O Direito de Estar Só**. 4ª Edição. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2007.

DE LUCCA, Newton; MEYER-PFLUG, Samantha; NEVES, Mariana Barboza Baeta (Coord.). **Direito Constitucional Contemporâneo – Homenagem ao Professor Michel Temer**. São Paulo: Quartier Latin, 2012.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. **Direitos Humanos Fundamentais**. São Paulo: Saraiva.

FURLAN, Fabiano Ferreira. **Sigilo Bancário**. 1ª Edição. Belo Horizonte: Fórum, 2008.

GAMA, Lidia Elizabeth Peñalosa Jaramillo. **O Devido Processo Legal**. São Paulo: Editora de Direito, 2005.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Mandado de Segurança e Ações Constitucionais**. São Paulo: Malheiros.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Conteúdo Jurídico do Princípio da Igualdade**. São Paulo: Malheiros.

MORAES, Alexandre de. **Direitos Humanos Fundamentais**. São Paulo: Atlas.

HESSE, Konrad. **A Força Normativa da Constituição**. Porto Alegre: Sergio Fabris, 1998.

NERY JÚNIOR, Nelson. **Princípios do Processo Civil na Constituição Federal**. São Paulo: RT.

QUEZADO, Paulo Napoleão Gonçalves; LIMA, Rogério Silva. **Sigilo Bancário**. 1ª Edição. São Paulo: Dialética, 2002.

RIBEIRO, Diógenes V. Hassan. **Proteção da Privacidade**. 1ª Edição. São Leopoldo-RS: Editora Unisinos, da Universidade do Vale do Rio dos Sinos/RS, 2003.

SIQUEIRA JÚNIOR, Paulo Hamilton; OLIVEIRA, Miguel Augusto Machado de. **Direitos Humanos e Cidadania**. 2ª Edição. São Paulo: RT, 2009.



_____, Paulo Hamilton. **Direito Processual Constitucional**.
São Paulo: Saraiva.

STRECK, Lenio Luiz. **Hermenêutica Jurídica e(m) Crise**. São Paulo: Livraria
do Advogado, 2011.

